O MOVIMENTO PELA EDUCAÇÃO DOMICILIAR NO BRASIL E O DIREITO À EDUCAÇÃO: BREVE ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Ana Eduarda Taras Vaz
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
anadudavaz@hotmail.com

Carina Alves da Silva Darcoletto
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
carinadarcoletto@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O movimento pela educação domiciliar no Brasil tem ganhado notoriedade nas discussões do âmbito legislativo. Desde 2001, há projeto de lei propondo a regulamentação dessa modalidade de ensino. É sabido que a educação escolar é obrigatória no Brasil e a legalização da modalidade de ensino em casa pode interferir no direito à educação, especialmente das crianças e jovens da classe trabalhadora.

Neste texto, abordamos brevemente a produção acadêmica acerca da educação domiciliar no Brasil. Com base no referencial teórico-metodológico materialista histórico e dialético, buscamos sinalizar a importância da educação no seu sentido essencial para a continuidade do ser social e as implicações da possível desobrigação da educação escolar no contexto atual.

A IMPORTÂNCIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO

A educação é mediação fundamental para a continuidade do ser social. É por meio do processo educativo que os homens se apropriam dos conhecimentos construídos historicamente para que haja o desenvolvimento e a própria continuidade da humanidade. Nessa dimensão, a educação em seu sentido essencial sempre existiu; onde há vida em sociedade, há transmissão de conhecimentos. Conforme Darcoletto (2016, p. 103):

[...] a educação é uma mediação indispensável, pois cabe a ela reproduzir no indivíduo parte daquilo que foi construído pela humanidade (gênero humano) ao longo do processo histórico. Ao se apropriar de elementos que constituem o gênero humano, o indivíduo (singular) se torna parte desse gênero humano.

Nessa direção, cada forma de sociedade, em cada momento histórico, de acordo com suas necessidades, organiza-se para garantir que haja a transmissão de conhecimentos. A escola, como instituição específica e imprescindível da sociedade capitalista, vem para atender às necessidades que surgem em decorrência do modo de produção capitalista. Os sistemas tradicionais de ensino se consolidam em meados do século XIX, pois a sociedade burguesa em ascensão naquele momento precisava consolidar seus ideais, e o fez por meio da educação escolarizada (SAVIANI, 2003).

No caso particular do Brasil, o processo educativo constituído enquanto educação escolar ainda está em construção, especialmente no que tange à oferta e à qualidade da educação. A Constituição de 1988 estabelece que a educação é um direito de todos os cidadãos que residem em território nacional e dever do Estado e da família, em colaboração com a sociedade. (BRASIL, 1988). Assim, a educação é direito de todos. No tocante à garantia deste direito, concordamos com Flach (2011, p. 293), quando assevera que:

[...] é preciso considerar que a obrigatoriedade escolar é condição essencial para o poder público criar condições institucionais para a garantia da educação, principalmente em um país de longa tradição negativa em relação à oferta e às condições para que o direito à educação seja assegurado.

Ainda que a educação seja entendida como um direito público universal; no caso dos defensores da educação domiciliar, em geral, a educação é entendida como um direito privado. Nesse sentido, a educação domiciliar é defendida como garantia de um direito de liberdade individual, sobre o qual os pais teriam a liberdade de escolher que tipo de educação querem oferecer aos filhos.

A PRODUÇÃO ACADÊMICA ACERCA DA TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO DOMICILIAR

A busca de pesquisas acerca da educação domiciliar foi realizada no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Para atingir o maior número possível de trabalhos, utilizamos os seguintes descritores: “*homeschooling*”; “educação domiciliar”; “educação domiciliar no Brasil”; “educação domiciliar” AND “Brasil” AND “escola”; e “*homeschooling* no Brasil”. A

busca contemplou todos os anos de produções disponíveis nos respectivos bancos de dados.

Analisamos os dados encontrados em cada descritor utilizado, observando que muitos dos trabalhos se repetem por conter o mesmo termo em seus resumos, títulos ou palavras-chave. Nesse sentido, houve a necessidade de verificar quais trabalhos se repetiam e quais se encontravam em apenas um dos termos buscados.

Depois dessa verificação, chegamos a um total de 27 trabalhos, mas 2 não se enquadravam dentro da temática delimitada. Assim, utilizamos os dados de 25 teses e dissertações para esta etapa de análise preliminar. Desses 25 trabalhos, 20 são dissertações, enquanto 5 são teses. No quadro a seguir, organizamos as produções de acordo com o tipo e o ano de publicação.

Quadro 1 – Teses e dissertações que contêm termos relacionados à educação domiciliar em seus resumos – organizadas por ano de publicação e tipo de trabalho

ANO DE PUBLICAÇÃO	DISSERTAÇÃO	TESE	NÚMERO TOTAL DE PRODUÇÕES
2011	1	-	1
2012	-	-	-
2013	1	1	2
2014	4	1	5
2015	3	-	3
2016	3	1	4
2017	3	2	5
2018	2	-	2
2019	3	-	3
2020	-	-	-
TOTAL	20	5	25

Fonte: Elaboração própria.

Em uma análise preliminar dos dados, é possível constatar que a discussão sobre educação domiciliar é recente, pois encontramos publicações apenas a partir do ano de 2011. Conforme o Quadro 1, no ano de 2012 e 2020 não há publicação acerca da temática.

Outro dado considerado foi em relação aos programas de pós-graduação (PPG) em que foram defendidas as teses e dissertações:

Quadro 2 – Teses e dissertações que possuem termos relacionados à educação domiciliar em seus resumos – organizadas por nome

NOME DO PPG	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES
Administração	1
Antropologia Social	1
Ciências Jurídicas	1
Direito	6

Direito Constitucional	2
Direitos Fundamentais	1
Educação	8
Educação Arte e História da Cultura	1
Educação escolar	1
Psicologia	1
Sistema Constitucional de Garantia de Direitos	1
Teologia	1
TOTAL	25

Fonte: Elaboração própria.

Notamos que apenas 10 dos trabalhos estão concentrados em PPGs da área de Educação, o que não representa nem a metade dos trabalhos defendidos nesse período, ou seja, é preciso ampliar o debate sobre a regulamentação do *homeschooling* no âmbito educacional. É possível constatar que há um número significativo de trabalhos publicados sobre essa temática nos PPGs na área do direito. Acreditamos que isso se justifica pelo fato de que, em alguns trabalhos, discute-se a educação domiciliar como direito de liberdade individual em contraposição à educação como direito público universal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise preliminar realizada até essa etapa de nossa pesquisa aponta que o debate acerca da educação domiciliar deve ser aprimorado e ampliado, tendo em vista a necessidade de discussão sobre a possível interferência de tal proposta para o âmbito do direito à educação. Ressaltamos o conflito de defesas no âmbito dos direitos, pois, por um lado, os defensores da educação domiciliar apontam para a prevalência do direito à liberdade individual (direito privado), enquanto os opositores da proposta sublinham a defesa pelo direito universal ao acesso à educação (direito público).

Dados os conflitos de interesse, é indispensável que a produção acadêmica acerca da temática da regulamentação da educação domiciliar avance, em especial, no que se refere à busca pela garantia de acesso à educação por parte das crianças e jovens da classe trabalhadora. Defendemos que a educação escolar obrigatória corresponde à tentativa de garantir o acesso à educação e aos conhecimentos historicamente produzidos pelos homens e mulheres. Para grande parte da classe trabalhadora, a escola é o único meio de acesso ao conhecimento científico, artístico e filosófico; sendo assim, é preciso garantir e ampliar este direito para diminuir a desigualdade social que assola o país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 29 jul. 2021.

DARCOLETO, C. A. S. A função social da educação e suas relações com a categoria do trabalho: alguns apontamentos. *In*: LEÃO, A. M. de C.; MUZZETI, L. R. (Org.). **Abordagem panorâmica educacional**: da educação infantil ao ensino superior. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. v. 5, p. 81-99.

FLACH, S. F. Direito à educação e obrigatoriedade escolar no Brasil: entre a previsão legal e a realidade. **HISTEDBR**, Campinas, n. 43, p. 285-303, set. 2011.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados. 2003.